



SÃO ROQUE-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE - SÃO PAULO

COORDENADOR PEDAGÓGICO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática
- ▶ Conhecimentos Gerais
- ▶ Legislação Educacional
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL NÚMERO 002/2026



41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



SÃO ROQUE - SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE - SÃO
PAULO - SP

Coordenador Pedagógico
de Educação Básica

EDITAL NÚMERO 002/2026

CÓD: SL-037FV-26
7908433291060

Língua Portuguesa

1. A Comunicação: linguagem, texto e discurso; o texto, contexto e a construção dos sentidos	9
2. Coesão e coerência textuais	10
3. Intertextualidade	11
4. Polifonia	12
5. A Língua: norma culta E variedades linguísticas; dialetos e registros, gíria	12
6. Língua padrão: ortografia	14
7. Acentuação	16
8. Pontuação	18
9. Semântica: denotação e conotação. sinonímia, antonímia, homonímia, parônima; polissemia e ambiguidade; Sentido denotativo e conotativo (figurado)	20
10. Figuras de linguagem	25
11. Morfologia: estrutura e processos de formação de palavras.....	28
12. Classes de palavras: flexões, emprego e valores semânticos, com ênfase em verbos, pronomes, conjunções e preposições.....	29
13. Sintaxe: Termos e Orações coordenadas e subordinadas	38
14. Concordância nominal e verbal	42
15. Regência nominal e verbal.....	44
16. Crase	48
17. Sintaxe de colocação.....	49
18. Vícios de linguagem	50

Matemática

1. Estruturas lógicas.....	61
2. Lógica da argumentação	67
3. Diagramas lógicos	70
4. Números relativos inteiros e fracionários, operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação). Conjunto de Números Reais e Conjunto de Números Racionais. Frações ordinárias e decimais, números decimais, propriedades e operações	72
5. Múltiplos e divisores.....	80
6. Números Primos	82
7. Máximos divisores comuns e mínimos múltiplos comuns.....	83
8. Expressões numéricas.....	85
9. Equações do 1º e 2º graus	86
10. Sistemas de equações do 1º e 2º graus	89
11. Funções do 1º e 2º grau.....	91
12. Estudo do triângulo retângulo; relações métricas no triângulo retângulo; semelhança de triângulos; relações trigonométricas (seno, cosseno e tangente); Teorema de Pitágoras; Ângulos; Geometria – Área, Volume e Perímetro....	96
13. Sistema de medidas de tempo, sistema métrico decimal.....	104
14. Números e grandezas proporcionais, razões e proporções	108
15. Regra de três simples e composta	109
16. Porcentagem.....	110

17. Juros simples - juros, capital, tempo, taxas e montante	111
18. Média Aritmética simples e ponderada	112
19. Problemas envolvendo os itens do programa proposto	113

Conhecimentos Gerais

1. Conhecimentos municipais, estaduais e nacionais sobre: política, economia, geografia, sociedade, cultura e história.....	121
2. Atualidades relevantes sobre diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, segurança, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental e ecologia e suas vinculações históricas; Fatos e notícias locais, nacionais e internacionais sobre diversos assuntos veiculados nos meios de comunicação de massa, como jornais, revistas, rádios, televisão e internet.....	123

Legislação Educacional

1. Constituição Federal 1988: CAPÍTULO III - Seção I - DA EDUCAÇÃO – artigos 205 ao 214.....	125
2. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): Capítulo IV – Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer (arts. 53 a 59)	128
3. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).....	129
4. Resolução CNE/CP nº 4, de 13 de julho de 2010 – Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica	149
5. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 – Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades da Educação Básica	159
6. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 – Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências	165
7. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	180
8. Decreto nº 12.686 de 20 de outubro de 2025 - Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva	185

Conhecimentos Específicos

Coordenador Pedagógico de Educação Básica

1. A coordenação de ensino a serviço da garantia de educação escolar de qualidade como direito de todos	193
2. A dimensão cooperativa e integradora do trabalho da coordenação nos espaços intra e interestaduais	195
3. Didática e Prática de Ensino	196
4. Planejamento, organização curricular, estratégias pedagógicas, gestão e avaliação nas práticas educacionais	198
5. Avaliação da aprendizagem	199
6. Impacto das inovações tecnológicas no ensino e na aprendizagem texto.....	200
7. Liderança.....	202
8. Relações interpessoais	203
9. Educação inclusiva	204
10. Gestão Democrática e autonomia da escola.....	210
11. Projeto político-pedagógico	211
12. Interdisciplinaridade e transversalidade	213
13. As tendências pedagógicas na educação	214

ÍNDICE

14. Dinamização do processo de comunicação como fator de gestão da ação Pedagógica	216
15. O conselho de classe no processo avaliativo	217
16. Plano de Ensino e Plano de Aula	218
17. A relação do trabalho do coordenador com os demais componentes da escola	227
18. Contribuições para a melhoria contínua das condições técnicas, organizacionais e humanas do processo educacional desenvolvido nas instituições de ensino	229
19. Pedagogia de Projetos	230
20. Educação escolar e qualidade de ensino	233
21. A escola inclusiva: Os portadores de necessidades especiais: políticas de inclusão, questões culturais e educação escolar e familiar	233
22. Escola e diversidade cultural	234
23. A organização do trabalho pedagógico na escola	235
24. O processo de planejamento: concepção, dimensões, níveis e importância	236
25. O ano letivo e o calendário escolar	236
26. O planejamento de ensino em seus elementos constitutivos: objetivos e conteúdo de ensino, métodos e técnicas	237
27. Multimídia educativa e avaliação da aprendizagem	238
28. A proposta pedagógica da escola: concepção, princípios, eixos norteadores, construção, acompanhamento e avaliação	239
29. Os planos de ensino	240
30. O currículo como referência para o desenvolvimento do processo pedagógico texto	241
31. Educação Inclusiva: fundamentos, conceito, princípios, recursos pedagógicos e a adaptação curricular	241
32. Correntes e tendências pedagógicas, segundo Perrenoud	242

LÍNGUA PORTUGUESA

A COMUNICAÇÃO: LINGUAGEM, TEXTO E DISCURSO; O TEXTO, CONTEXTO E A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS

A COMUNICAÇÃO COMO PROCESSO ESSENCIAL DA LINGUAGEM

A comunicação é um dos pilares da vida em sociedade. Desde os gestos mais simples até as manifestações mais complexas da linguagem escrita ou oral, comunicar-se é fundamental para estabelecer relações, construir conhecimento e atuar no mundo. O processo comunicativo, em sua essência, envolve a troca de informações entre um emissor e um receptor, mediada por uma mensagem. Esse processo é viabilizado por um canal, estruturado por um código e situado em um contexto. Esses seis elementos formam o chamado modelo clássico da comunicação, conforme definido por Roman Jakobson.

Compreender os mecanismos e os recursos envolvidos na comunicação é essencial para interpretar textos, analisar discursos e atribuir sentido às mensagens. Isso se torna ainda mais relevante no contexto dos concursos públicos, nos quais a habilidade de leitura, interpretação e produção textual é constantemente exigida.

LINGUAGEM, LÍNGUA E FALA: DISTINÇÕES FUNDAMENTAIS

A linguagem é uma faculdade humana universal, que permite a comunicação. Pode se manifestar de diversas formas — verbal (oral ou escrita), não verbal (imagens, gestos, sons) ou mista (como em tirinhas e propagandas). Já a língua é um sistema de signos linguísticos compartilhado por uma comunidade, como o português, o espanhol ou o inglês. Por fim, a fala representa o uso individual da língua em situações específicas.

Roman Jakobson também contribuiu com a teoria das funções da linguagem, que ajudam a compreender o objetivo principal de um ato comunicativo:

- Referencial: transmite uma informação objetiva (ex: notícias);
- Emotiva: expressa emoções do emissor (ex: diários, desabafos);
- Conativa: busca provocar uma ação no receptor (ex: ordens, pedidos);
- Fática: verifica ou mantém o canal de comunicação (ex: “alô”, “tá me ouvindo?”);
- Metalinguística: usa a linguagem para falar da própria linguagem (ex: definições gramaticais);
- Poética: valoriza a forma da mensagem (ex: poemas, slogans publicitários).

Reconhecer essas funções ajuda a identificar a intenção comunicativa de diferentes textos.

TEXTO: CONCEITO, TIPOS E PROPRIEDADES

Um texto é uma unidade de sentido composta por enunciados que se organizam com base na coesão e na coerência. Ele pode ser escrito ou oral, verbal ou não verbal. O importante é que tenha intencionalidade comunicativa, ou seja, que seja produzido com o objetivo de transmitir uma mensagem compreensível.

Os tipos textuais mais cobrados em concursos são:

- Narração: relata acontecimentos com personagens, tempo e espaço definidos;
- Descrição: apresenta características de seres, lugares, objetos;
- Dissertação: expõe ideias, podendo ser argumentativa ou expositiva;
- Injunção: orienta o leitor a agir, como em manuais e receitas;
- Exposição: apresenta informações de forma neutra e objetiva.

Além disso, os gêneros textuais são manifestações concretas desses tipos, moldadas por contextos sociais. Um artigo de opinião, por exemplo, é um gênero com predominância do tipo dissertativo-argumentativo.

Duas propriedades essenciais do texto são:

- Coesão: ligação formal entre as partes do texto (uso de pronomes, conjunções, elipses, etc.);
- Coerência: sentido lógico entre as ideias do texto, respeitando o conhecimento de mundo e as expectativas do leitor.

DISCURSO: CONCEITO E RELAÇÕES COM A LINGUAGEM E O TEXTO

Texto e discurso não são sinônimos. O discurso é a materialização do texto em um contexto histórico, social e ideológico. É a forma como os sentidos são produzidos nas interações humanas, levando em conta a posição de quem fala, para quem se fala, e com que intenção se fala.

Autores como Mikhail Bakhtin e Michel Foucault foram fundamentais para a teoria do discurso. Bakhtin, por exemplo, destaca o caráter dialógico da linguagem: todo enunciado é uma resposta a outros e se antecipa a novas respostas. Essa concepção introduz o conceito de interdiscursividade e de heterogeneidade discursiva, revelando como um texto carrega ecos de outros textos e vozes sociais.

Analisar o discurso é, portanto, interpretar o sentido além da estrutura formal do texto, considerando fatores ideológicos, sociais e culturais.

TEXTO, CONTEXTO E A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS

A interpretação textual não depende apenas do que está escrito, mas também do contexto em que o texto foi produzido e lido. Esse contexto pode ser:

- Situacional: onde e como a comunicação ocorre;
- Sociocultural: valores, crenças e hábitos compartilhados;
- Histórico: momento e circunstâncias da produção do texto;
- Ideológico: posição política, moral ou cultural de quem escreve.

Esses elementos afetam diretamente a construção dos sentidos. É por isso que, muitas vezes, a compreensão de um texto exige o domínio de conhecimentos extralinguísticos. As inferências — ou seja, as informações que o leitor deduz com base em pistas — são fundamentais nesse processo.

Exemplo:

Se um texto diz “João colocou o casaco antes de sair”, é possível inferir que fazia frio, mesmo que isso não tenha sido dito explicitamente.

COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAIS

DEFINIÇÕES E DIFERENCIAÇÃO

Coesão e coerência são dois conceitos distintos, um texto coeso pode ser incoerente, assim como um texto coerente pode não ter coesão. O que existe em comum entre os dois é o fato de constituírem mecanismos fundamentais para uma produção textual satisfatória.

Resumidamente, a coesão textual se volta para as questões gramaticais, isto é, na articulação interna do texto. Já a coerência textual tem seu foco na articulação externa da mensagem.

COESÃO TEXTUAL

Consiste no efeito da ordenação e do emprego adequado das palavras que proporcionam a ligação entre frases, períodos e parágrafos de um texto. A coesão auxilia na sua organização e se realiza por meio de palavras denominadas **conectivos**.

► As técnicas de coesão

A coesão pode ser obtida por meio de dois mecanismos principais, a anáfora e a catáfora. Por estarem relacionados à mensagem expressa no texto, esses recursos classificam-se como endofóricos. Enquanto a anáfora retoma um componente, a catáfora o antecipa, contribuindo com a ligação e a harmonia textual.

► As regras de coesão

Para que se garanta a coerência textual, é necessário que as regras relacionadas abaixo sejam seguidas.

Referência:

- **Pessoal:** emprego de pronomes pessoais e possessivos. Exemplo: «Ana e Sara foram promovidas. Elas serão gerentes de departamento.» Aqui, tem-se uma referência pessoal anafórica (retoma termo já mencionado).

▪ **Comparativa:** emprego de comparações com base em semelhanças. Exemplo: “Mais um dia como os outros...”. Temos uma referência comparativa endofórica.

▪ **Demonstrativa:** emprego de advérbios e pronomes demonstrativos. Exemplo: “Inclua todos os nomes na lista, menos este: Fred da Silva.” Temos uma referência demonstrativa catafórica.

▪ **Substituição:** consiste em substituir um elemento, quer seja nome, verbo ou frase, por outro, para que ele não seja repetido. Analise o exemplo: “Iremos ao banco esta tarde, elas foram pela manhã.”

Perceba que a diferença entre a referência e a substituição é evidente, principalmente no fato de que a substituição adiciona ao texto uma informação nova. No exemplo usado para a referência, o pronome pessoal retoma as pessoas “Ana e Sara”, sem acrescentar quaisquer informações ao texto.

▪ **Elipse:** trata-se da omissão de um componente textual nominal, verbal ou frasal por meio da figura, denominando elipse.

▪ **Exemplo:** “Preciso falar com Ana. Você a viu?” Aqui, é o contexto que proporciona o entendimento da segunda oração, pois o leitor fica ciente de que o locutor está procurando por Ana.

▪ **Conjunção:** é o termo que estabelece ligação entre as orações.

▪ **Exemplo:** “Embora eu não saiba os detalhes, sei que um acidente aconteceu.” Conjunção concessiva.

▪ **Coesão lexical:** consiste no emprego de palavras que fazem parte de um mesmo campo lexical ou que carregam sentido aproximado. É o caso dos nomes genéricos, sinônimos, hipe-rônimos, entre outros.

▪ **Exemplo:** “Aquele *hospital* público vive lotado. A *instituição* não está dando conta da demanda populacional.”

COERÊNCIA TEXTUAL

A Coerência é a relação de sentido entre as ideias de um texto que se origina da sua argumentação — consequência decorrente dos saberes conhecimentos do emissor da mensagem. Um texto redundante e contraditório, ou cujas ideias introduzidas não apresentam conclusão, é um texto incoerente.

A falta de coerência prejudica a fluência da leitura e a clareza do discurso. Isso quer dizer que a falta de coerência não consiste apenas na ignorância por parte dos interlocutores com relação a um determinado assunto, mas da emissão de ideias contrárias e do mal uso dos tempos verbais.

Observe os exemplos:

“A apresentação está finalizada, mas a estou concluindo até o momento.” - Aqui, temos um processo verbal acabado e um inacabado.

“Sou vegana e só como ovos com gema mole.” - Os veganos não consomem produtos de origem animal.

MATEMÁTICA

ESTRUTURAS LÓGICAS

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

VALORES LÓGICOS

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- Verdadeiro (V), caso a proposição seja verdadeira.
- Falso (F), caso a proposição seja falsa.

Esse fato faz com que cada proposição seja considerada uma declaração monovalente, pois admite apenas um valor lógico: verdadeiro ou falso.

► Axiomas fundamentais

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

▪ **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$.

Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

▪ **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

▪ **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

► Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “Quando será a prova?”
- Frases exclamativas: “Que maravilhoso!”
- Frases imperativas: “Desligue a televisão.”
- Frases sem sentido lógico: “Esta frase é falsa.”

► Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- Sentença fechada e verdadeira: “ $2 + 2 = 4$ ”
- Sentença fechada e falsa: “O Brasil é uma ilha”

► Proposições Simples e Compostas

As proposições podem ainda ser classificadas em simples e compostas, dependendo da estrutura e do número de ideias que expressam:

Proposições Simples (ou Atômicas)

São proposições que não contêm outras proposições como parte integrante de si mesmas. São representadas por letras minúsculas, como p, q, r, etc.

Exemplos:

- p: “João é engenheiro.”
- q: “Maria é professora.”

Proposições Compostas (ou Moleculares)

Formadas pela combinação de duas ou mais proposições simples. São representadas por letras maiúsculas, como P, Q, R, etc., e usam conectivos lógicos para relacionar as proposições simples.

Exemplo: P: “João é engenheiro e Maria é professora.”

► Classificação de Frases

Ao classificarmos frases pela possibilidade de atribuir-lhes um valor lógico (verdadeiro ou falso), conseguimos distinguir entre aquelas que podem ser usadas em raciocínios lógicos e as que não podem. Vamos ver alguns exemplos e suas classificações.

▪ **“O céu é azul.”** – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).

▪ **“Quantos anos você tem?”** – Sentença aberta (é uma pergunta, sem valor lógico).

▪ **“João é alto.”** – Proposição lógica (podemos afirmar ou negar).

▪ **“Seja bem-vindo!”** – Não é proposição lógica (é uma saudação, sem valor lógico).

▪ **“ $2 + 2 = 4$.”** – Sentença fechada (podemos atribuir valor lógico, é uma afirmação objetiva).

▪ **“Ele é muito bom.”** – Sentença aberta (não se sabe quem é “ele” e o que significa “bom”).

▪ **“Choveu ontem.”** – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).

▪ **“Esta frase é falsa.”** – Não é proposição lógica (é um paradoxo, sem valor lógico).

▪ **“Abra a janela, por favor.”** – Não é proposição lógica (é uma instrução, sem valor lógico).

- “O número x é maior que 10.” – Sentença aberta (não se sabe o valor de x)

Exemplo: (CESPE)

Na lista de frases apresentadas a seguir:

- “A frase dentro destas aspas é uma mentira.”
- A expressão $x + y$ é positiva.
- O valor de $\sqrt{4 + 3} = 7$.
- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
- O que é isto?

Há exatamente:

- (A) uma proposição;
- (B) duas proposições;
- (C) três proposições;
- (D) quatro proposições;
- (E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

- (A) A frase é um paradoxo, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.
 - (B) Não sabemos os valores de x e y , então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. É uma sentença aberta e não é uma proposição lógica.
 - (C) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa. É uma proposição lógica.
 - (D) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa, independente do número exato. É uma proposição lógica.
 - (E) É uma pergunta, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.
- Resposta: B.

CONECTIVOS LÓGICOS

Para formar proposições compostas a partir de proposições simples, utilizamos conectivos lógicos. Esses conectivos estabelecem relações entre as proposições, criando novas sentenças com significados mais complexos. São eles:

Operação	Conectivo	Estrutura Lógica	Exemplos		
			p	q	Resultado
Negação	$\sim$ ou $\neg$	Não p	"Hoje é domingo"	-	$\sim p$: "Hoje não é domingo"
Conjunção	$\wedge$	p e q	"Estudei"	"Passei na prova"	$p \wedge q$: "Estudei e passei na prova"
Disjunção Inclusiva	$\vee$	p ou q	"Vou ao cinema"	"Vou ao teatro"	$p \vee q$: "Vou ao cinema ou vou ao teatro"
Disjunção Exclusiva	$\oplus$	Ou p ou q	"Ganhei na loteria"	"Recebi uma herança"	$p \oplus q$: "Ou ganhei na loteria ou recebi uma herança"
Condicional	$\rightarrow$	Se p então q	"Está chovendo"	"Leverei o guarda-chuva"	$p \rightarrow q$: "Se está chovendo, então levarei o guarda-chuva"
Bicondicional	$\leftrightarrow$	p se e somente se q	"O número é par"	"O número é divisível por 2"	$p \leftrightarrow q$: "O número é par se e somente se é divisível por 2"

Exemplo: (VUNESP)

Os conectivos ou operadores lógicos são palavras (da linguagem comum) ou símbolos (da linguagem formal) utilizados para conectar proposições de acordo com regras formais preestabelecidas. Assinale a alternativa que apresenta exemplos de conjunção, negação e implicação, respectivamente.

- (A) $\neg p$, $p \vee q$, $p \wedge q$
- (B) $p \wedge q$, $\neg p$, $p \rightarrow q$
- (C) $p \rightarrow q$, $p \vee q$, $\neg p$
- (D) $p \vee p$, $p \rightarrow q$, $\neg q$

CONHECIMENTOS GERAIS

CONHECIMENTOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E NACIONAIS SOBRE: POLÍTICA, ECONOMIA, GEOGRAFIA, SOCIEDADE, CULTURA E HISTÓRIA

São Roque¹ é um município brasileiro localizado no interior do estado de São Paulo, inserido na Região Metropolitana de Sorocaba, na Mesorregião Macro Metropolitana Paulista e na Microrregião de Sorocaba. Situa-se à latitude 23°31'45" Sul e à longitude 47°08'07" Oeste, a uma altitude de 771 metros. De acordo com estimativas do IBGE para 2025, sua população era de 81.366 habitantes, distribuídos em uma área de 307,55 km², composta por 106 bairros. O município é constituído pela sede e pelos distritos de Canguera, Mailasqui e São João Novo. Também é reconhecido como a cidade pioneira na incorporação da celebração do Halloween em seu calendário oficial, atraindo grande número de visitantes.



Localização de São Roque no estado de São Paulo

HISTÓRIA

Casa Grande e Capela do Sítio Santo Antônio, em São Roque. Edificada por volta de 1640, representa um relevante exemplar de casa bandeirista.

Fundada na segunda metade do século XVII pelo bandeirante Pedro Vaz de Barros — mais conhecido como Vaz-Guaçu — a cidade teve origem a partir de uma extensa fazenda e de uma capela construída por ele no local. A capela — situada onde atualmente se encontra a Praça da Matriz — foi erguida em devoção a São Roque, possivelmente com o propósito de evitar perseguições ou investigações relacionadas à prática do judaísmo.

Pedro Vaz de Barros era filho de Jerônimo Pedroso e Joana Vaz de Barros, cristãos-novos nascidos em Lisboa, Portugal. A fazenda dedicava-se ao cultivo de vinhedos e trigais, utilizando inicialmente mão de obra indígena e, posteriormente, escravizados africanos. Pouco tempo após a instalação dessa propriedade, o irmão de Pedro Vaz — Fernão Paes de Barros — também se estabeleceu em São Roque, seguindo modelo semelhante ao do irmão, fundando uma fazenda e uma capela, esta dedicada a Santo Antônio.

A capela original dedicada a São Roque, assim como as igrejas barrocas que a sucederam no Largo da Matriz, foram demolidas e gradualmente modernizadas, assim como toda a paisagem ao redor do Largo. Registros indicam que, até a década de 1940, o Largo da Matriz era composto por um conjunto arquitetônico barroco, cercado por grandes casarões.

Antes de ser elevada à categoria de vila em 1832, a localidade foi declarada freguesia de Santana de Parnaíba, no ano de 1764. Em 1864, passou à condição de município. Entre 1872 e 1875, foram inauguradas a Santa Casa de Misericórdia e a estação da Estrada de Ferro Sorocabana. No final do século XIX, sua economia foi impulsionada pela chegada de imigrantes italianos e, sobretudo, ingleses.

Em 8 de abril de 1834, foi criado o Primeiro Cartório de Protesto de Notas e Títulos. O fórum judicial foi instituído em 15.04.1873, com a instalação de dois escritórios judiciais. No ano seguinte, foi estabelecido o 1º Cartório de Registro de Imóveis. Em 01.01.1889, foi instalado o Primeiro Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais. Em 1893, entrou em funcionamento o 2º Cartório de Protesto de Notas e Títulos.

Segundo registros, tais avanços ocorreram em razão da influência política do Sr. Antônio Joaquim da Rosa, o Barão de Piratininga, figura de destaque em São Roque e, ao que consta, amigo pessoal do Imperador D. Pedro II. O Barão de Piratininga chegou, inclusive, a ser nomeado presidente da província de São Paulo no ano de 1869.

Em 1890, o industrial italiano Enrico Dell'Acqua fundou a BRASITAL, uma das primeiras indústrias têxteis do Brasil, que permaneceu em atividade até meados da década de 1970. Atualmente, integra o patrimônio público municipal, abrigando um centro cultural e educacional, além da biblioteca municipal.

A primeira tipografia da cidade foi criada pelos irmãos Boccato, que passaram a publicar um semanário denominado "O Democrata". O jornal foi fundado em 1º de maio de 1917. O primeiro ginásio da cidade, a escola "Horácio Manley Lane", foi inaugurado em 1947. Manley Lane foi um cidadão de destaque, de ascendência inglesa, que contribuiu para a difusão e preservação de práticas e tradições anglicanas, como o próprio "Dia das Bruxas".

¹ [https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Roque_\(S%C3%A3o_Paulo\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Roque_(S%C3%A3o_Paulo))

HALLOWEEN EM SÃO ROQUE

O “Halloween de São Roque”, município do interior paulista, é uma comemoração anual oficialmente reconhecida no calendário de eventos da cidade desde o ano 2000. A festividade, de origem celta, consolidou-se como parte do repertório cultural local, refletindo a diversidade histórica e étnica do município, especialmente sua formação a partir de comunidades imigrantes portuguesas, inglesas, italianas e outras de origem europeia.

► Reconhecimento Legal em São Roque

Em São Roque, o Halloween foi oficialmente reconhecido por meio da Lei Ordinária nº 3.114, de 2000, que incluiu o evento denominado Halloween Party no Calendário Oficial de Eventos do município. A referida legislação estabelece:

Art. 1º - Ficam incluídos no Calendário Oficial de Eventos da Estância Turística de São Roque os eventos: Halloween Party, Encontro de Automóveis Antigos e São Roque Folia.

A lei possibilitou a promoção e organização formal do evento, garantindo apoio institucional e inserção no calendário turístico-cultural da cidade. Dessa forma, a festividade passou a integrar a história local e as tradições associadas à imigração inglesa do século XIX.

► Celebrações na Cidade

Desde sua inclusão no calendário oficial, o Halloween passou a ser celebrado por escolas, clubes e associações do município. São frequentes os desfiles de fantasias infantis, festas temáticas, concursos, apresentações artísticas e decorações em estabelecimentos comerciais e nas ruas centrais. Em determinados anos, o São Roque Clube e instituições como a Vila Don Patto também promoveram festividades direcionadas ao público jovem e adulto.

O evento atrai moradores e visitantes de cidades vizinhas, contribuindo para o fortalecimento da economia local e incentivando o intercâmbio cultural.

GEOGRAFIA¹

Indicador	Informação
Área	313 km ²
Densidade demográfica	229,3 habitantes por km ²
Grau de urbanização	75,97% da população vive na área urbana
Área geográfica	Limita-se com os municípios de Mairinque, Itu, Araçariguama, Itapevi, Vargem Grande Paulista, Cotia e Ibiúna
Clima	Temperado, brando e sem estiagem
Temperatura	Mínima 22º, média 30º, alta 33º

1 <https://www.saoroque.sp.gov.br/portal/servicos/1011/caracterizacao-do-territorio>

► Características da Vegetação Original e Atual

A cobertura vegetal nativa original era majoritariamente composta por Mata Atlântica, com floresta latifoliada tropical densa e exuberante, formada por árvores altas, copas amplas e por arbustos com muitos galhos e folhas. Em encostas úmidas, havia desenvolvimento de cipós, samambaias, parasitas, arbustos e árvores de troncos finos e elevados. Entre as espécies arbóreas, destacava-se o jacarandá.

Chegava ao território de São Roque a floresta tropical de planalto, menos úmida e com espécies vegetais de interesse comercial, como peroba, cedro, pau-d’alho, amoreira, figueira-branca, jatobá, canela e ipê.

Entre essas áreas de mata, sobretudo nos planaltos, existiam campos sujos ou cerrados.

A devastação foi intensa no período colonial. Atualmente, praticamente não há no município áreas de matas nativas primárias. Persistem formações secundárias, nas quais grande parte da madeira mais nobre já foi retirada, predominando hoje a capoeira.

Na porção leste de São Roque, limitada pelo distrito de Araçariguama e atravessada pela rodovia Castello Branco, abrangendo São João Novo, Mailasqui, Alto da Serra e as proximidades da Raposo Tavares, alcançando o Caeté e parte do bairro do Carmo, apenas no Alto da Serra ainda se observa vegetação mais rica, devido ao clima mais úmido e às encostas da região. Parte dessa vegetação foi substituída por reflorestamentos de eucalipto ou pinus, além de pastagens, chácaras e sítios de recreio e algumas culturas.

A região central de São Roque perdeu parcela de suas áreas verdes em razão da urbanização. Pequenas áreas, como a Mata da Câmara, preservam uma amostra da antiga floresta tropical de planalto que predominou no passado. A região do Cambará, próxima ao morro do esqui, ainda possui remanescentes de mata original, em meio ao cerrado, onde se destacam o cambará e o alecrim-do-mato.

A região sul de São Roque, onde se encontram as terras mais férteis do município, abrangendo desde Gabriel Piza, Sorocamirim, Canguera e Pavão até o Carmo, foi intensamente cultivada com videiras, frutíferas e culturas anuais de subsistência. Hoje, predomina o reflorestamento com eucaliptos e pinus, embora algumas encostas e grotas ao longo de cursos d’água preservem matas secundárias.

A região oeste, na divisa com o município de Mairinque, desde Marmeleiro, Guaçu, Monjolinho, Ribeirão Saboó e Mombaça até o distrito de Araçariguama, era recoberta pela chamada floresta tropical de planalto, apresentando também diversas áreas de campos cerrados sujos, com vegetação rasteira, espinhosa e aromática, entremeada por leguminosas arbustivas, cambarás, arueiras, frutíferas silvestres e outras espécies. Pela incidência de ventos em solos rasos e pedregosos, somada ao manejo agrícola com queimadas consecutivas, muitos desses campos apresentam hoje apenas gramíneas. Na região do Saboó, por exemplo, ocorrem grotas e encostas com matas secundárias, alternadas com campos limpos.

Na região centro-norte, a vegetação predominante no passado também foi a floresta tropical de planalto, e atualmente algumas áreas ainda guardam amostras dessa antiga cobertura.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988: CAPÍTULO III - SEÇÃO I - DA EDUCAÇÃO – ARTIGOS 205 AO 214

Educação

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Organização dos Sistemas de Ensino:

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino superior e técnico
Estados e DF	Ensino fundamental e médio
Municípios	Educação infantil e ensino fundamental

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGgdrc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático - científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§2º O disposto neste artigo aplica - se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré - escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§2º O não - oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer - lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§7º O padrão mínimo de qualidade de que trata o §1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuados em regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§2º Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário - educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)(Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário - educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no caput deste artigo e no inciso II do caput do art. 212 - A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212 - A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§9º A lei disporá sobre normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212 - A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) Regulamento

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A COORDENAÇÃO DE ENSINO A SERVIÇO DA GARANTIA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR DE QUALIDADE COMO DIREITO DE TODOS

EDUCAÇÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL E DEVER DO ESTADO

A educação escolar, no Brasil, não é um favor estatal nem um serviço opcional: é um direito fundamental e um dever jurídico imposto ao Estado e compartilhado com a família e a sociedade. A Constituição Federal de 1988 estabelece, de modo inequívoco, que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade” (art. 205). O dispositivo não se limita a garantir matrícula; ele orienta a política educacional para finalidades amplas: “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art. 205). Em concursos e avaliações, esse ponto é central: não basta ofertar vaga, é necessário assegurar educação com qualidade e com igualdade de condições.

Nessa arquitetura constitucional, a noção de qualidade não aparece como expressão vaga. Ela se concretiza em princípios e garantias: “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (art. 206, I), “gratuidade do ensino público” (art. 206, IV), “valorização dos profissionais da educação escolar” (art. 206, V), e “garantia de padrão de qualidade” (art. 206, VII). O texto constitucional, portanto, vincula o Estado a resultados educacionais relevantes (aprendizagens) e a condições estruturais e pedagógicas (profissionais, recursos, organização e acompanhamento).

É exatamente nesse ponto que a coordenação de ensino (também chamada, em muitos sistemas, de coordenação pedagógica) se torna peça-chave. Em uma escola real — com professores com diferentes formações, turmas heterogêneas, desigualdades socioeconômicas, estudantes com defasagens de aprendizagem e demandas de inclusão — a qualidade não se produz espontaneamente. Ela exige gestão pedagógica intencional, isto é, planejamento, acompanhamento, avaliação e correções de rota. A coordenação de ensino opera como o “cérebro pedagógico” da instituição: organiza o currículo em ação, sustenta o trabalho docente com formação e orientação, cria rotinas de monitoramento da aprendizagem e articula a escola com políticas públicas.

assegura que “a criança e o adolescente têm direito à educação” visando ao desenvolvimento e à cidadania, e afirma ser dever do Estado assegurar atendimento e acesso com prioridade (ECA, art. 53). Se o direito é garantido no papel, mas a escola falha em promover aprendizagens mínimas, combater evasão e assegurar permanência com dignidade, o direito fica esvaziado. A coordenação de ensino, nesse cenário, é uma função estratégica: ajuda a transformar o direito abstrato em experiência escolar concreta, com foco em aprendizagem, equidade e inclusão.

FUNDAMENTOS LEGAIS DA GARANTIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR DE QUALIDADE

A Constituição é o ponto de partida, mas o arcabouço se completa com leis infraconstitucionais e políticas nacionais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB — Lei nº 9.394/1996) define a educação como processo formativo e disciplina a organização dos sistemas, etapas e modalidades. Ela reforça princípios constitucionais e indica direções para a qualidade. Um trecho muito cobrado é o que vincula a educação a finalidades amplas e a princípios de organização: a LDB reafirma que o ensino deve observar, entre outros, o respeito à liberdade e apreço à tolerância, a valorização da experiência extraescolar e a vinculação entre educação escolar, trabalho e práticas sociais (dispositivos espalhados na LDB, especialmente em seus princípios iniciais).

O Plano Nacional de Educação (PNE — Lei nº 13.005/2014) complementa esse quadro ao fixar metas e estratégias voltadas à universalização do acesso e à melhoria da qualidade, articulando formação docente, avaliação, infraestrutura e equidade. Ainda que metas variem em prazos e revisões, a lógica do PNE é relevante: qualidade exige planejamento em nível sistêmico, indicadores e acompanhamento. Para a coordenação escolar, isso se traduz em alinhar o trabalho pedagógico às diretrizes do sistema, às avaliações e aos objetivos de aprendizagem, sem reduzir a escola a “treinar para prova”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA — Lei nº 8.069/1990) reforça o caráter de prioridade absoluta e de proteção integral. O ECA estabelece direitos relacionados ao acesso, permanência e respeito no ambiente escolar, e garante ao estudante, entre outros, o direito de ser respeitado por seus educadores e de contestar critérios avaliativos (pontos recorrentes em leituras sobre o art. 53). Isso é decisivo: qualidade também envolve ambiente seguro, não discriminação e processos avaliativos justos, elementos onde a coordenação de ensino pode atuar com protocolos, acompanhamento de casos e cultura institucional.

Em síntese, a base legal “amarra” a escola a três compromissos: (a) acesso e permanência, (b) aprendizagem com padrão de qualidade, e (c) equidade e inclusão, com gestão democrática. A coordenação de ensino é um dos principais instrumentos de implementação cotidiana desses compromissos.

A COORDENAÇÃO DE ENSINO NO CONTEXTO DA GESTÃO ESCOLAR

A coordenação de ensino pode ser compreendida como a função (ou equipe) responsável por organizar, orientar e acompanhar o trabalho pedagógico da escola. Não se trata de “fiscalizar professor”, mas de garantir coerência curricular, apoiar práticas docentes e promover condições para que a aprendizagem aconteça. Na gestão escolar, costuma atuar em articulação com direção, orientação educacional (quando existe), professores, conselhos e famílias.

Entre as atribuições típicas, destacam-se:

- **Planejamento pedagógico:** organizar o calendário pedagógico, distribuir e sequenciar objetivos de aprendizagem, definir rotinas de planejamento coletivo, garantir que o currículo se traduza em planos e sequências didáticas.
- **Acompanhamento do ensino-aprendizagem:** analisar evidências (avaliações internas, diagnósticos, observações, frequência), identificar estudantes com dificuldades e propor intervenções.
- **Formação continuada em serviço:** transformar necessidades reais em pautas formativas (metodologias, avaliação formativa, alfabetização, educação inclusiva, gestão de sala).
- **Articulação do Projeto Político-Pedagógico (PPP):** manter o PPP como instrumento vivo, e não como documento arquivado. Isso inclui revisar metas, práticas e princípios com base na realidade escolar.
- **Mediação e cultura institucional:** apoiar o trabalho docente em conflitos pedagógicos, alinhar critérios avaliativos e reduzir desigualdades entre turmas (por exemplo, turmas “muito fortes” e “muito fracas” por diferenças de exigência).

Uma forma útil de visualizar a coordenação é pensar em três camadas:

1. **Camada normativa:** traduz diretrizes legais e curriculares do sistema para a prática escolar. Ex.: implementar atendimento educacional especializado e adaptações razoáveis; orientar avaliação conforme normas; assegurar mecanismos de gestão democrática.
2. **Camada pedagógica:** cuida do “núcleo duro” do ensino: planejamento, metodologias, avaliação, recuperação contínua, acompanhamento.
3. **Camada relacional:** constrói colaboração: professor-professor, professor-família, escola-estudante, enfrentando resistências e criando um ambiente de trabalho saudável.

COORDENAÇÃO DE ENSINO E QUALIDADE EDUCACIONAL

Qualidade educacional, em termos escolares, envolve pelo menos quatro dimensões: aprendizagem, equidade, processos pedagógicos e condições de oferta. A coordenação de ensino atua sobretudo na dimensão processual (como se ensina e como se acompanha), mas influencia todas as demais ao articular a escola para resultados e justiça educacional.

Aprendizagem como foco e avaliação como ferramenta (não como punição)

Uma escola de qualidade tem rotinas claras de avaliação e devolutiva. Isso inclui avaliação diagnóstica (no início ou em pontos-chave), avaliação formativa (durante o processo, com feedback), e avaliação somativa (ao final de unidades/etapas). A coordenação de ensino ajuda a escola a construir critérios e instrumentos coerentes, evitando injustiças como avaliações desalinhas ao que foi ensinado ou discrepâncias enormes entre turmas do mesmo ano.

Exemplo: em Língua Portuguesa, a coordenação pode promover uma matriz de habilidades (compreensão leitora, produção textual, análise linguística) e apoiar instrumentos que avaliem essas habilidades de forma variada, não apenas por múltipla escolha. Ao mesmo tempo, pode orientar rubricas de correção para reduzir subjetividade e garantir transparência ao estudante — aspecto compatível com a lógica do ECA de proteção e respeito no ambiente escolar.

EQUIDADE: TRATAR DESIGUALMENTE OS DESIGUAIS PARA GARANTIR O DIREITO

A Constituição assegura “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (art. 206, I). Na prática, isso significa que estudantes com trajetórias diferentes precisam de apoios diferentes. A coordenação de ensino materializa a equidade quando organiza recuperação contínua, projetos de reforço, adaptações curriculares, estratégias inclusivas e ações de busca ativa para reduzir evasão e infrequência.

Importante: equidade não é “facilitar”; é garantir que todos possam aprender, com estratégias adequadas. Uma coordenação forte cria protocolos: identificação precoce de dificuldades, plano de intervenção, acompanhamento e reavaliação.

► O PPP como eixo: documento vivo e operacional

O PPP costuma ser citado em provas como instrumento central de gestão pedagógica. A coordenação de ensino deve garantir que o PPP organize a identidade da escola, seus objetivos, métodos e compromissos. Se a escola declara no PPP que valoriza inclusão e protagonismo, isso precisa aparecer em práticas: adaptações, projetos interdisciplinares, grêmios, espaços de escuta e metodologias participativas.

► Indicadores e evidências: sem reducionismos

Indicadores como avaliações externas e dados de fluxo (aprovação, reprovação, evasão) são úteis para diagnóstico. Porém, a coordenação precisa evitar o erro de reduzir qualidade a “subir número”. A leitura pedagógica dos dados é essencial: identificar quais habilidades estão deficitárias, quais grupos estão sendo deixados para trás, quais turmas têm maior infrequência, quais etapas concentram reprovação. O bom uso dos dados protege o direito à educação porque direciona recursos e esforços para onde há maior vulnerabilidade.

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA COORDENAÇÃO DE ENSINO

A coordenação de ensino enfrenta desafios complexos, e a qualidade como direito exige respostas realistas, consistentes e humanas.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!